

# O NEOLIBERALISMO COMO RETÓRICA ECONÔMICA E MODO DE AÇÃO POLÍTICA

## De uma clivagem esquerda/direita a uma fratura entre o financeiro e o social: o caso francês (\*)

Bruno Théret

Neste texto, tomando-se por base o caso francês, propõe-se uma contribuição ao estudo do impacto do neoliberalismo sobre a estrutura do campo político-administrativo de ação das elites estatais. Na medida em que na França, como aliás nos Estados Unidos (Barber, 1981), esse campo do poder do Estado mantém uma relação de exterioridade com o campo dos economistas onde se produziu a doutrina neoliberal, nosso objetivo, essencialmente, é precisar a natureza e os efeitos das relações entre esses dois campos. Na França, de fato, contrariamente ao que se passa no Brasil, os economistas não se tornam enquanto tais ministros da Economia, das Finanças e/ou do Orçamento. Mesmo quando um ministro pode valer-se de uma formação e até de uma prática de economista, esses não são elementos essenciais em: sua busca de uma função governamental; para atingir seu posto ele teve de fazer um percurso mais ou menos longo na administração e/ou na política e durante esse percurso seu capital simbólico universitário e científico se desvalorizou muito (1).

Pode-se deduzir daí em termos mais gerais que a influência do neoliberalismo sobre as políticas públicas deve passar por vias mais complexas que a simples nomeação de economistas liberais para postos de decisão política. Dito de outra forma, essa influência não pode ser entendida somente através da análise da circulação e das trajetórias pessoais – mesmo que representativas – dos homens, mas deve também ser vista como o resultado de uma circulação de idéias, de uma transferência de representações do campo simbólico, onde elas são "elaboradas", para os outros campos onde elas são eficazes enquanto estruturadoras de estratégias e táticas, e mesmo enquanto instituidoras de regras e procedimentos do jogo social. No momento em que o espaço social do poder político-administrativo é separado do espaço social do saber econômico "com pretensão científica", para falar como F. Perroux, a transferência de idéias não passa, de fato, simplesmente pelo duplo pertencimento a esses espaços de certos profissionais, como talvez tenha sido, em compensação, o caso do Brasil (Haddad, 1981; Loureiro, 1991) ou ainda o da Hungria, por exemplo (Coats, 1981, p. 68). Nunca há, além disso, simples *transferência* num único sentido, mas sempre *transformação* e trabalho dialético de adaptação ao cabo do qual é difícil distinguir o que é criação própria dos profissionais do saber reconhecido e pura colocação por eles em forma legítima de estratégias e de práticas dos detentores do poder político.

A interdependência entre a economia como discurso - as palavras - e a economia como prática - as coisas - implica, portanto, a ação mediadora de um sistema de translação-tradução: regras e procedimentos de abstração do discurso científico em relação às práticas, depois, em troca, tradução da economia pura em economia aplicada e/ou economia para o grande público (Caro, 1983), em seguida mobilização assumida pelas mídias (imprensa, audiovisual, instituições de ensino e formação, sindicatos e partidos políticos etc.) e/ou pelos "experts" dos discursos econômicos "aplicado" e "grande público", enfim procedimentos de reconhecimento do interesse estratégico ou tático dessas representações por e para as elites econômicas e políticas, procedimentos que fazem com que o "saber" selecionado já

esteja, como por encanto, adaptado às necessidades desse reconhecimento. E como não há mediação sem mediadores, é preciso considerar mais particularmente o papel dos "agentes duplos" que estão em condição de articular os campos do saber e do poder, o que implica que eles mesmos não possam pertencer realmente a nenhum desses campos. Gerenciando o relacionamento desses campos pelo fato de funcionar simultaneamente segundo suas duas lógicas, os agentes mediadores podem então eventualmente buscar investir em um dos campos os recursos tirados do outro a fim de ali conquistar posições de preeminência. Todavia essa estratégia é autolimitada, na medida em que reduz a autonomia dos campos e portanto a própria função de mediação. Por isso os agentes mediadores terão uma tendência ainda maior a manipular sua dupla inserção ou seu "caráter misto", e a função de arbítrio a ela associada, como um recurso específico para reforçar a autonomia de seu próprio espaço erigindo-o como instância independente de arbitragem: daí a autonomização própria do campo simbólico discursivo *vis-à-vis* o campo das práticas representadas (2).

Compreende-se então que a atualização política do neoliberalismo, a despeito da pretensão dessa doutrina à universalidade, seja diferente conforme o país, e isso tanto mais que os países envolvidos são heterogêneos nos planos culturais, econômicos e políticos. Deve-se, assim, evitar tomar a história contada neste texto por uma descrição válida enquanto tal para o Brasil. Ao contrário, pode-se legitimamente colocar como um a priori que a instrumentalização política do neoliberalismo no Brasil não tem e não terá muito a ver com aquela que prevaleceu na França e mais amplamente na Comunidade Européia. Desde o momento em que se sai do discurso doutrinário para retomar a análise concreta, e mesmo que a estratégia neoliberal se traduza em toda parte pelo recurso aos mesmos meios - e ainda que essa identidade de meios não apareça senão em um alto nível de generalidade (cf. as privatizações) -, mesmo que, igualmente, graças à generalidade e à simplicidade correlativa da filosofia política mobilizada, essa estratégia é fundada na identificação de causas idênticas para situações de crise diversas, é evidente que ela não responde *de facto* aos mesmos problemas, já que há problemas diferentes.

Um exemplo. Defende-se neste texto a idéia de que o neoliberalismo no caso da França foi um dos fatores da perda de sentido da tradicional distinção esquerda/direita e de sua substituição por uma dispersão das elites político-administrativas, transversal aos partidos governamentais tanto de direita como de esquerda, entre, de um lado, o pólo financeiro internacional e, de outro, o social local, fratura desestabilizadora da ordem política nacional que a ideologia neoliberal se revela incapaz de reduzir e engessar. Ora, é evidente que esse eficaz detalhe do neoliberalismo é antes de tudo próprio da França, estando ligado à forma de sua constituição político-administrativa que induz uma fusão das elites administrativas e políticas (Charle, 1994), à história de seus sindicatos operários e patronais-que lhe interditou a via neocorporativista rumo a uma social-democracia -, assim como a seu lugar na Comunidade Européia (Jobert e Théret, 1993), para citar apenas alguns macrodeterminantes. No Brasil não se encontra nenhum desses traços; parece mesmo que o fracionamento em curso das elites francesas, com a redução da importância das elites sociais em nível nacional, corresponde a um estado estrutural na situação brasileira. Da mesma forma, como já se sugeriu, a relação dos economistas com o poder político é aí muito diferente, o que implica que as modalidades de transformação recíproca do discurso econômico e da prática política sejam igualmente diferenciadas.

Não segue daí que o caso francês não possa esclarecer o caso brasileiro, pelo menos em dois níveis: primeiro no nível empírico da análise da circulação internacional das idéias econômicas e da mundialização do campo dos economistas que atinge igualmente o Brasil (3); depois, no nível metodológico, enquanto exemplo de aplicação de um modelo de uso geral que põe em funcionamento o conceito de sistema simbólico para analisar a relação entre retórica econômica e ação política. Passemos então mais precisamente ao caso francês.

Em uma obra intitulada *L'engagement politique: déclin ou mutation?* (Perrineau, 1994) (4), diversos autores insistem na perda de sentido, na opinião pública francesa, da diferenciação esquerda/direita, desaparecimento de uma referência tradicional, intuitivamente atribuído à adoção, tanto pela esquerda como pela direita, de políticas econômicas marcadas pelo selo neoliberal. Ora, essa intuição não é em si mesma verdadeiramente explicativa já que, nos anos 1960 e 1970, direita e esquerda se inscreviam igualmente em um quadro comum de política econômica, keynesiano nessa época, sendo no entanto percebidas como os termos de uma alternativa real. É verdade que na França a esquerda não havia ainda chegado ao governo; todavia, nos outros países europeus, a alternância no poder nesse mesmo período não impediu que a diferenciação direita/esquerda continuasse a ser válida. Para que uma tal oposição se embaralhe é preciso de fato que o referencial intelectual e as práticas comuns impliquem igualmente a impossibilidade de evidenciar uma diferenciação quanto aos programas políticos que estruturam a competição eleitoral, ou então que as conseqüências sociais negativas das políticas comumente adotadas sejam de tal amplitude que a diferenciação do programa de esquerda não faça mais sentido para o eleitorado.

Como já se assinalou, se afirmará aqui que com o neoliberalismo tais condições são preenchidas, mas que a tendência ao desaparecimento na opinião pública da pertinência da diferenciação esquerda/direita que daí resulta não implica, por isso, o unanimismo e a unidade das elites político-administrativas. Essa tendência vai de par, de fato, com o desenvolvimento de uma nova fratura no interior dessas elites, fratura que atravessa tanto a esquerda como a direita, as elites financeiras inseridas na rede cosmopolita das finanças internacionais, que agora dominam unilateralmente aquelas que permanecem prioritariamente preocupadas com a manutenção da coesão social nacional. Entre esses dois grupos, o diálogo, que foi sempre difícil, rompeu-se amplamente e assim permanecerá sem dúvida enquanto prevalecerem as regras neoliberais de gestão do Estado.

Para apoiar essa tese no plano teórico, partir-se-á da consideração de que o neoliberalismo é um "sistema simbólico" que convém analisarem suas três dimensões constitutivas, a saber, primeiro, uma dimensão relativa a sua função de construção do mundo objetivo ("estrutura estruturante"), depois uma dimensão relativa a sua função de meio de comunicação ("estrutura estruturada"), e por fim uma dimensão relativa a sua função de instrumento de dominação (Bourdieu, 1977).

O neoliberalismo enquanto instrumento "de conhecimento e de construção do mundo dos objetos" é uma forma de representação ao mesmo tempo socialmente determinada e arbitrária, no sentido de que é produzida pelo grupo particular e auto-referido dos economistas. Essa produção própria ao campo dos especialistas em economia é o resultado de uma luta de concorrência interna (e constitutiva) desse campo profissional, mas arbitrada pelos sucessos na exportação para o campo do político dos diversos produtos propostos, e portanto parcialmente determinada por antecipações sobre o estado da demanda política (I).

Todavia, o neoliberalismo não pode (re)estruturar o campo da economia política e pôr esse campo em comunicação com os campos da política e da administração senão por ser ele mesmo uma linguagem estruturada que reconstrói a sociedade segundo uma "ordem gnoseológica" (ibid.). Uma descrição esquemática dessa estruturação do discurso econômico neoliberal que lhe permite ser entendido (e adotado-adaptado) no campo político permite então caracterizá-lo como "retórica reacionária" ou "reacional" (se se quer evitar a conotação pejorativa do primeiro qualificativo), e isso não só porque se reconhecem aí as formas retóricas de raciocínio que A. Hirschman (1991) considera como características desse tipo de discurso – notadamente a tese do efeito perverso e a da inanidade –, mas também porque se trata de uma representação do social estruturada por enunciados pré-democráticos (II).

É nesse aspecto "reacional" do neoliberalismo que reside um de seus limites essenciais, pois assim ele só pode ser um sistema simbólico incompleto e finalmente instável, tanto no nível de sua função de construção do real quanto no de sua função política de dominação. O neoliberalismo, de fato, com um sistema político inalterado, não é capaz, ao contrário do keynesianismo que o precedeu, de atualizar-se em um novo consenso social. Ao contrário, na ordem político-administrativa, ao mesmo tempo em que torna ilegítima a diferenciação tradicional esquerda/direita e portanto põe novamente em questão o modelo schumpeteriano da democracia pluralista (mercado político), ele dissolve as formas administrativas preexistentes de articulação entre finanças e proteção social, ativando no interior mesmo do Estado um novo lugar de conflito sem fornecer-lhe simultaneamente um princípio de delimitação. Não deve surpreender então que ele já seja seriamente contestado no campo dos economistas e que assim sua legitimidade política enquanto sistema de normas de ação fundadas economicamente esteja, a prazo, ameaçada (III).

## **O neoliberalismo como produto da indústria dos economistas**

A história começa nos EUA, no início dos anos 1970, com a ruptura do consenso profissional dos anos 1960 (5) e o desenvolvimento de uma luta entre jovens lobos monetaristas e velhas raposas keynesianas porpostos nas universidades, nas agências governamentais, nos "think tanks" e em outros centros de excelência (Johnson, 1971). Assim, vindo reforçar as vozes relativamente isoladas de um Hayek e de um Friedman, cercados em seu feudo da Universidade de Chicago, onde se desenvolveu a "contra-revolução monetarista", assim como aos papas da "Public choice", como Niskanen, Buchanan e Tullock, reclusos em universidades pouco prestigiosas, toda uma série de "jovens turcos" armados da "teoria das antecipações racionais" vai se empenhar, sob a bandeira dos "novos clássicos", em desvalorizar as diversas formas de intervenção pública: primeiro Sargent e Wallace em 1975, com sua "dedução" da inanidade das políticas monetárias sistemáticas (6); a seguir, em 1976, Lucas, que "revela" os erros dos modelos macroeconômicos utilizados para a política econômica; Kydland e Prescott, enfim, em 1977, com sua desvalorização das políticas discricionárias

consideradas como menos ótimas que uma política estreitamente circunscrita por regras estritas (7).

Paralelamente a esses desenvolvimentos esotéricos e por meio da exploração de alguns eventos políticos (Proposta 13 na Califórnia), alguns sofistas talentosos como J. Wanniski, jornalista do *Wall Street Journal*, mobilizam o senso comum dos contribuintes e da administração graças a uma retórica dos efeitos perversos das políticas fiscais: o poder público teria interesse em reduzir as alíquotas dos impostos pois alíquotas de antecipação de recolhimento muito elevadas, ao provocar a evasão fiscal, reduzem, em vez de aumentar, suas receitas. Uma verdadeira cadeia de produção ideológica, indo dos bens de equipamento até os de consumo corrente, é assim acionada paravender, sob a marcada "*supplieside economics*" (8), da "Curva de Laffer" e de alguns outros produtos associados (característica desestimuladora do trabalho das transferências sociais, ineficiência intrínseca das empresas públicas etc.). Condições exteriores favoráveis (9) alimentam o dinamismo desse setor de produção de ideologia econômica ao ponto de os neoliberais, de início localizados principalmente nas *business schools* e na imprensa, terminarem por penetrar na venerável "Washington Economics Industry" (Stein, 1986). Com os primeiros anos Reagan, eles se impõem na boca de cena e M. Feldstein (1981) pode então anunciar que é chegada definitivamente a hora da retirada para os keynesianos.

O sucesso comercial e político desses discursos não podia deixar indiferentes na Europa os êmulos do americanismo, especialistas da importação de idéias da moda. A produção neoliberal se internacionaliza então mediante algumas adaptações às culturas nacionais. Assim, no continente europeu, no fim dos anos 70, um punhado de artigos com pretensão acadêmica avaliza uma pilha de obras de vulgarização, que submetem a forte pressão, dada a eficácia política do novo discurso, o coração "sério" da profissão de economista, *a priori* porém cientificamente hostil às idéias simplistas defendidas. Para o economista que se pretende a serviço da decisão, a "*supply-side economics*", se bem que não guarnecida de testes cientificamente bem construídos (Théret e Uri, 1987 e 1988), sobressai de fato pelas possibilidades de valorização imediata do discurso econômico junto aos tomadores de decisões políticas. Com isso a profissão, sensibilizada simultaneamente pela falta de fôlego de suas reivindicações de cientificidade no plano teórico (10) e pelo fracasso de seus métodos e instrumentos no plano prático da direção das políticas econômicas, vai finalmente viver como um feliz achado essa nova retórica que a revigora em sua missão de excelência.

No caso da França, a despeito do caráter tradicionalmente muito mais "estatista" do que nos países anglo-saxões das crenças predominantes na comunidade dos economistas (Frey *et alii*, 1983 e 1984), o neoliberalismo acaba por impor-se na maior parte dos lugares-chave da excelência econômica pelo viés de um enxerto numa estratégia já antiga (remontando ao início dos anos 70) de normalização e redução dessa especificidade francesa. Os últimos adeptos de um keynesiano-marxismo ainda incômodo e perturbador da tendência à internacionalização do campo profissional com base nas normas americanas são assim expelidos das instituições-chave de excelência (Jobert e Théret, 1993). Nesse domínio o papel central é desempenhado pela direção malinvaudiana do corpo dos funcionários engenheiros-economistas (X - INSEE) que, desde o começo dos anos 1970, inicia essa estratégia fundando-a no estabelecimento de uma dupla legitimidade: legitimidade científica com sua inscrição no quadro das regras neoclássicas da competição internacional pelo prêmio Nobel; e legitimidade do Estado com a mobilização da estrutura dos Grandes Corpos para o estabelecimento (e a reprodução através do ENSAE) do monopólio (contínuo a partir dessa época) sobre as duas mais importantes instituições públicas de excelência econômica que são o INSEE e a direção da *Prévision* do Ministério da Economia e das Finanças (11). Essa estratégia tem num primeiro momento um duplo objetivo já que, sob a autoridade de E. Malinvaud, ela visa tanto a hegemonia na seção francesa do campo dos economistas – levando à frente a pesquisa de uma síntese neoclássica (denominada "teoria do desequilíbrio") indo até ao marxismo matematizado (12) –, como a monopolização da função de mediação entre saber econômico e poder. Mas o caráter contraditório dos dois objetivos perseguidos simultaneamente – não se pode ser ao mesmo tempo juiz e parte – faz com que essa primeira fase termine com um meio fracasso e um recentramento da estratégia dos "delfins" apenas no segundo item do projeto inicial, o monopólio da excelência oficial e da mediação legitimada. Com o fracasso de Malinvaud na etapa francesa da corrida pelo prêmio Nobel, vencida por M. Allais – outro engenheiro-economista, mas que jogou, em um jogo individual, a carta exclusiva da pesquisa –, e com o desligamento dos profissionais em relação a uma macroeconomia do desequilíbrio muito consensual no momento em que a concorrência no campo se exacerba, é selado o fracasso do projeto inicial de dominação do campo da ciência econômica. Ao mesmo tempo em que as instituições públicas de excelência econômica se reúnem para um compromisso entre a ciência e a política, a nova locomotiva do trem francês engajado na neoclássica corrida pela nobelização será doravante um "puro" universitário (13).

### **A estrutura da linguagem neoliberal e as formas de sua exportação para o campo do político**

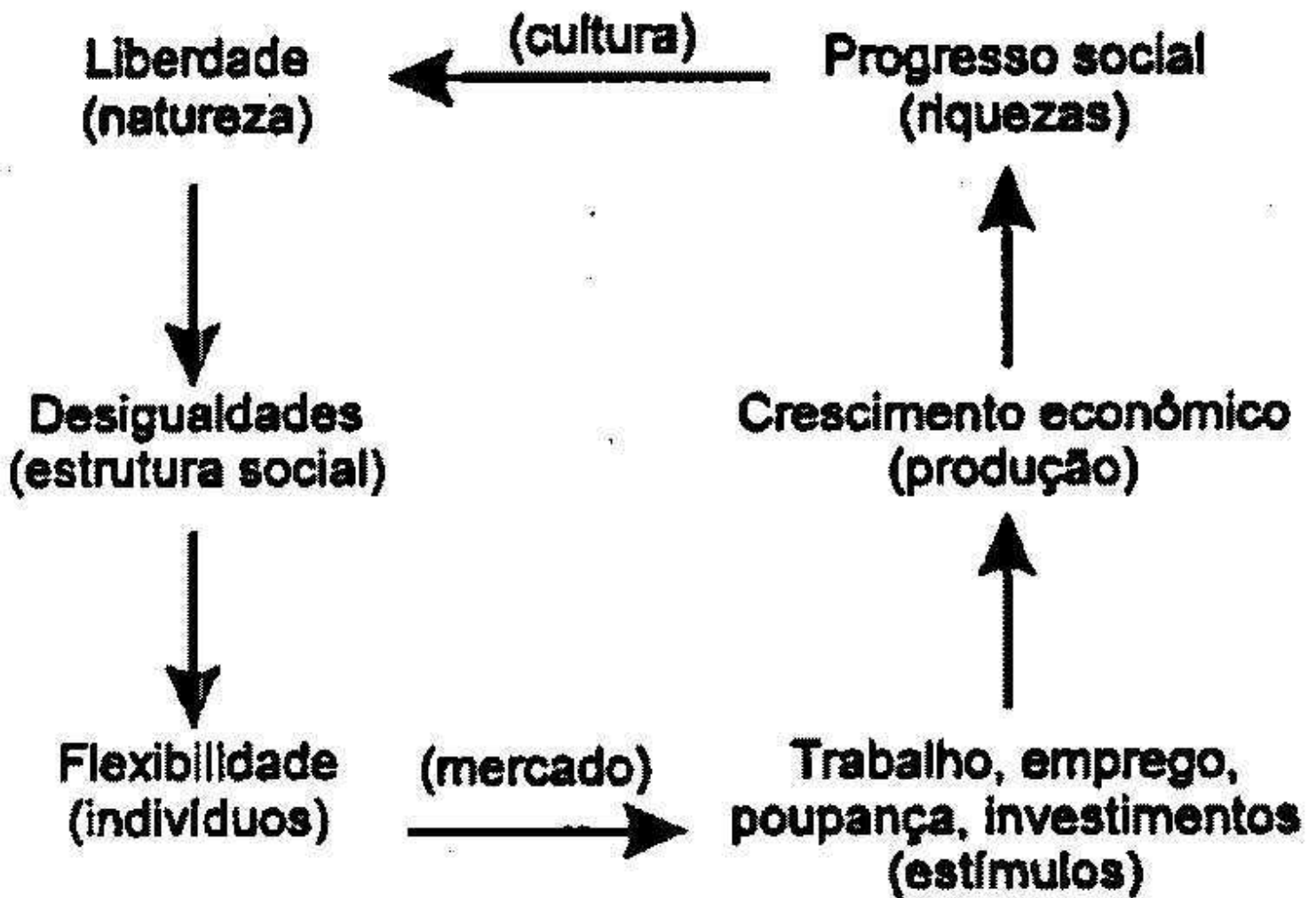
Não caberia todavia reduzir o desenvolvimento do neoliberalismo a uma estratégia de grupo em um campo particular. Se o neoliberalismo serve de referência comum em campos tão diversos quanto o da economia, o da política e o da administração, é também e sobretudo porque enquanto "estrutura estruturada" ele vale como gramática que organiza a representação da sociedade em seu conjunto (14). De fato, quando se observa um certo fechamento "autopoietico" dos diversos campos de práticas profissionais (15), deve-se considerar que a comunicação entre campos não se faz por transferências de múltiplos elementos dispersos mas por pacotes "integrados logicamente" e apresentando os termos articulados de uma definição do mundo social. Isso não impede evidentemente que essa definição seja reinterpretada em cada campo segundo "um conjunto de regras e procedimentos implícitos e explícitos" (Singer, 1992, p. 6) para as necessidades da causa (na verdade do fim) aí defendida; é portanto por covariações e em razão de homologias estruturais que os diversos campos de práticas profissionais interferem e se inscrevem em um mesmo sistema simbólico geral (Teubner, 1987).

Mais precisamente, no caso da relação entre concepções e prescrições dos economistas e decisões políticas, é geralmente reconhecido pelos próprios economistas (16) que, paradoxalmente, na maior parte dos países desenvolvidos sua influência política é fraca e passa essencialmente pela instauração normativa (invocação da legitimidade científica) de uma maneira de formular os problemas relativos à interação entre o econômico e o político. O que é exportado pela indústria dos economistas é essencialmente um "clima" e uma retórica - um modo de raciocínio e de argumentação - com, bem entendido, o que isso implica de "caixas pretas" que excluem do campo da discussão o conjunto de fatos retoricamente "estabelecidos" e "reconhecidos" pela opinião comum no campo (Latour, 1990) (17). No limite, uma vez instituída, uma retórica pode tornar-se uma pura e simples sofística não submetida à disciplina dos fatos e não ser mais que uma gramática da persuasão em uma estratégia de marketing político (Laufer e Paradeise, 1982). Uma mesma retórica poderá, de fato, ser utilizada no nível político para justificar uma coisa ou seu contrário; cabendo a decisão ao campo que tenha sabido mobilizar os melhores retores e apoiar-se nas instituições que envolvem o maior número de públicos a convencer (18).

### **A gramática neoliberal como retórica reacionária...**

A coerência lógica do neoliberalismo teórico, necessária a seu poder de persuasão, é assegurada pela enumeração de três princípios que; na versão mais radical da doutrina, são: a liberdade até o limite de seu abuso, -a desigualdade até o limite do tolerável, a flexibilidade até - os limites da insegurança. É o conjunto articulado desses três elementos que no plano doutrinário garante uma plena eficiência econômica do mercado, levando a um crescimento ótimo da produção material e ao progresso social. Descrito sob a forma de uma charada, o diagrama neoliberal é, assim, o seguinte: meu primeiro sendo um princípio fundador legitimado pelo direito natural, meu segundo a estrutura social que daí resulta necessariamente, e meu terceiro a característica essencial dos indivíduos de acordo com meu primeiro e meu segundo, meu todo é um mercado ideal que permite uma alocação ótima dos recursos escassos favorável ao crescimento, a qual por seu turno autoriza um progresso social que permita a longo prazo - quando estaremos todos mortos, teria dito Keynes - a ampliação da esfera da liberdade por meio de uma transformação "cultural" da natureza, que finalmente levará a uma redução de sua propensão a só prover recursos escassos e portanto a uma redução correlativa das desigualdades sociais e uma maior segurança para os indivíduos. Até por definição, em consequência, o Estado que limita a liberdade, tende a reduzir as desigualdades e é fonte de rigidez só pode ser perturbador da ordem do mercado, reduzir os estímulos ao trabalho e à poupança, frear o crescimento e ser um fator de regressão social.

# O diagrama neoliberal do progresso



Um diagrama como este constitui bem um discurso coerente e articulado sobre a sociedade (cf. esquema acima), discurso sobre o político fundado no econômico. Essa retórica pode então ser qualificada à maneira de Hirschman de reacionária, pois ela remete à filosofia liberal pré-democrática dos direitos naturais e reata com o velho tema das desigualdades criadoras e o darwinismo social. Ela é uma reação, no sentido próprio do termo, relativamente ao igualitarismo democrático "construtivista" que considera contraprodutivo. Ela se opõe às idéias de regulação voluntária, quer dizer, resultante de uma ação política, considerando que a ordem social é muito mais bem assegurada pelo funcionamento de um mercado auto-regulador e pelos efeitos mecânicos dos comportamentos mercantis dos indivíduos atomizados e concorrenciais.

## ...que conquista progressivamente a esquerda francesa na década de 1980

Se é importante que na ordem simbólica o sistema de idéias neoliberais, seja articulado de maneira coerente, pois toda incoerência lógica lhe alteraria a qualidade e a capacidade de suplantar as representações alternativas (19), não é que ocorre na ordem política, onde o neoliberalismo doutrinário vai ser reinterpretado como um conjunto de princípios, econômicos e políticos constituindo um código de conduta econômica do poder público – o neoliberalismo de gestão (Jobert e Renard, 1988). Já que ele não é mais que um "programa comum de governo em torno do qual podem se reunir todos os que, pelas razões as mais variadas (...) se põem de acordo, em um dado momento, para restringir o lugar atribuído ao Estado em relação ao mercado na sociedade" (Wolfelsperger, 1988), o neoliberalismo pode se valer da diferenciação dos públicos e das clientelas políticas para dissimular suas incoerências e as derrogações e infrações aos princípios fundadores e a sua gramática de composição contidos nos programas políticos e conjuntos de medidas fiscais, financeiras e regulamentares (20). Em suma, seus promotores podem contar "com a arte do governo (...) para tornar o todo coerente no momento adequado" (Aftalion e Salin, 1984), e as regras estritas do bom uso dão lugar às práticas reais da língua (21).

Na verdade, é difícil tirar do neoliberalismo doutrinário programas de medidas concretas detalhadas, porque se atingem nesse caso os limites da retórica econômica em geral. Em compensação, é fácil utilizá-lo para elaborar as linhas de força de um programa de ação, deixando a princípios de seletividade estratégica (Jessop, 1990) a tarefa de fixar as medidas concretas. A oferta vai então se ajustar a uma demanda política da qual é utilmente possível distinguir no caso da França dois tipos – estruturais e conjunturais – de determinantes.

Um primeiro fator importante de determinação da demanda política de idéias neoliberais remete, no caso da França, a uma característica estrutural de seu sistema administrativo, a saber a distinção do campo dos economistas e dos campos político e administrativo no nível do aparelho de formação de quadros do Estado. Assim, pelo viés do ensino econômico nas "Sciences Po" e na ENA (Ecole Nationale d' Administration), o neoliberalismo penetra primeiro no campo da administração desde os anos 1970, depois, em razão da forte confusão entre política e administração característica da Quinta República, o campo da política na virada dos anos 1980, momento em que as novas gerações de administradores entram realmente em ação (Théret, 1991 a).

Todavia, para compreender por que uma retórica que prega aparentemente uma redução do poder econômico da alta administração foi bem recebida pelos jovens altos funcionários, é preciso considerar pelo menos dois determinantes suplementares. De um lado, a perda de autonomia no plano político da classe político-administrativa que uma forte intervenção do Estado na economia implica, sobretudo quando essa intervenção assume um caráter sistemático e o poder público deve por outras razões se auto-sujeitar democraticamente a regras idênticas àquelas dos sujeitos econômicos privados; é essa perda de autonomia do político que faz com que, na visão liberal, o Estado providência possa ser considerado como uma forma de "declínio do Estado" (Théret, 1992, cap. 6). De outro lado, uma das principais virtudes políticas do neoliberalismo econômico reside na legitimidade que ele confere às políticas de "desregulação" no nível nacional, desregulamentação favorável a uma "re-regulação" em nível europeu; mais talvez que uma crise do Estado providência, vive-se uma crise do Estado-nação, e a demanda política de neoliberalismo leva a se interrogar sobre a estratégia da classe político-administrativa em matéria de construção de um Estado em nível europeu (Majone, 1993; Théret, 1993).

A esses fatores estruturais deve-se acrescentar a variável mais conjuntural que é a luta política entre os partidos no *front* eleitoral. O sucesso do neoliberalismo se desenvolve, de fato, na França, com algum atraso, no início dos anos 80, depois da vitória do thatcherismo e do reaganismo. Ele atinge os partidos da direita tradicional tanto mais facilmente porque eles perderam as eleições e por isso podem ver no discurso neoliberal, até aí acantonado nos círculos estreitos da "nova direita", as bases de um "programa comum" a ser oposto ao dos partidos de esquerda, ainda nessa época em plena fase de histerese do pensamento keynesiano-marxista dos anos 1960. Em 1985, antes das eleições de 1986, a conversão à direita é total (Théret, 1985; Ysmal, 1985), construindo sua especificidade frente a uma esquerda que ainda vive de uma maneira envergonhada seu engajamento desde 1983 na via neoliberal. De *facto*, na verdade, em 1986 a esquerda já avançou muito em sua reconversão ao título dos três primeiros capítulos da doutrina: impostos, despesas e desregulamentação, notadamente financeira. Só resta à direita entre 1986 e 1998 ocupar-se do último capítulo – as privatizações –, o que ela pode fazer imediatamente graças à política sistemática adotada pela esquerda, de recuperação da rentabilidade de mercado das empresas públicas (Cartelier, 1992).

Em seguida, tudo se passa como se a coabitação tivesse descomplexado a esquerda socialista que, de volta ao poder, simplesmente ratifica as medidas tomadas e abandona progressivamente as poucas minúcias de especificidade que lhe restavam, assim como os "remorsos" que as acompanhavam. São, assim, definitivamente abandonadas na virada dos anos 1990, principalmente a preocupação com a correção das desigualdades que impulsionara notadamente a manutenção de uma forte progressividade do imposto sobre a renda, bem como a abordagem produtivista da empresa distinta de seu proprietário, e mesmo de seus administradores, e que se traduzia, por exemplo; por medidas de redução do imposto sobre as sociedades condicionada ao reinvestimento do lucro na empresa (Théret, 1991 a). É então que se coloca para a esquerda um problema sério de definição e a questão do sentido de sua oposição à direita.

### **O desenvolvimento de uma clivagem transversal nos partidos entre o financeiro e o social**

O tratamento "reacionário" dos problemas sociais na retórica econômica liberal, notadamente o dilema preconstruído entre eficiência e equidade e a aceitação da ideologia das desigualdades sociais criadoras torna, de fato, particularmente difícil a formulação de uma doutrina social liberal que permita à esquerda conservar sua antiga clientela eleitoral por meio da redução da confusão das fronteiras ideológicas produzida por sua adesão às normas do neoliberalismo de gestão. Testemunha isso o fracasso da tentativa de reformular "à la Rawls" os princípios de justiça social em continuidade com o igualitarismo republicano.

De fato, no começo dos anos 1990, o cenário eleitoral nacional, ainda estruturado pelos partidos tradicionais apesar do surgimento dos ecologistas, não é mais um lugar pertinente de clivagem política. As verdadeiras linhas divisórias são dissimuladas nos bastidores, imersas que estão no próprio interior do tecido administrativo, e as oposições políticas não podem portanto ser arbitradas no quadro das regras da democracia pluralista. O lugar-chave da nova paisagem política é doravante a fissura que se aprofundou dentro do sistema político-administrativo entre sua parte investida em escala internacional em sua gestão financeira e aquela que permanece especializada na gestão social e que se encontra, por sua vez, cada vez mais acantonada no nível local.

Finalmente, a perda de credibilidade social das políticas econômicas neoliberais que daí resulta é redobrada por uma perda de legitimidade científica. Conjugam-se nesse domínio os fracassos práticos de dez anos de política econômica conduzida sob sua bandeira—donde a ressurgência do keynesianismo — e a lógica própria do campo dos economistas, no interior do qual as dissensões não foram reduzidas e onde se produziu, levando em conta a situação econômica, uma necessidade geral de reconstrução das bases de sua própria legitimidade científica.

### **As dificuldades de refundação de um discurso social neoliberal: o fracasso do "rawlsianismo à francesa"**

A totalidade dos observadores concorda que, no conjunto dos países ocidentais, não houve adesão em massa aos valores do neoliberalismo em razão de uma oposição geral ao desmantelamento das instituições do Estado-providência, e isso a despeito da deterioração dos serviços públicos devido à redução dos orçamentos e à desvalorização dos status dos beneficiários. Isso é ainda mais verdadeiro no caso francês, em relação ao qual se pode falar de um verdadeiro enraizamento dos direitos sociais na opinião pública, confundindo-se todas as clivagens políticas e sociais (Jobert e Théret, 1993).

Em termos eruditos, isso significa que o neoliberalismo permaneceu como um sistema simbólico produzido por um corpo de especialistas e reconhecido somente por certas elites econômicas e políticas, o que limita drasticamente sua eficácia política. Em resumo, o neoliberalismo, ao contrário do que foi o keynesianismo, não é geralmente "*reconhecido*", ou seja, *desconhecido* como arbitrário", ele permanece discutido-disputado no seio do eleitorado e sua função de "meio estruturado e estruturante tendente a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (...) através da imposição mascarada (portanto *desconhecida* enquanto tal) de sistemas de classificação e de estrutura mental objetivamente ajustados às estruturas sociais" (Bourdieu, 1977, p. 410) foi posta em xeque.

Dez anos de neoliberalismo não permitiram que as relações de força sociais se "manifestem sob a forma irreconhecível de relações de sentido" (ibid.), e a violência simbólica utilizada pela doutrina não pôde dissimular a nova violência física contida no darwinismo social e a estrutura de desigualdades naturais que essa doutrina punha como fundamentos do novo modelo de sociedade que ela reclamava.



O sistema simbólico neoliberal ficou portanto incompleto; ele não conseguiu tornar-se auto-suficiente, endogenizar-se. Para além dos efeitos de desestruturação dos quais foi portador, ele não serviu de instrumento de reconstrução de um novo modelo de regulação social porque é incapaz de produzir um espaço comum onde poderia se impor um conjunto de regras do jogo social unanimemente aceitas.

Não se pode todavia censurar certos socialistas por não terem tido consciência desse problema, notadamente depois da publicação, em 1989, de um relatório do CERC sobre o desenvolvimento das desigualdades sociais nos anos 1980. Houve nesse momento uma tentativa de construir uma doutrina social-liberal capaz de criar uma nova especificidade da esquerda governamental em relação à direita, voltando a atenção para um modo de esquerda de assegurar a compatibilidade entre o neoliberalismo e a justiça social. Mas isso que se pôde chamar de "rawlsianismo à francesa" (Théret,1991b), usado pela chamada "segunda esquerda" e pela tendência rocardiana, não sobreviveu ao novo escurecimento da paisagem econômica a partir de 1990. Essa tentativa, de fato, simplesmente levou à redescoberta da velha doutrina social do liberalismo, segundo a qual as desigualdades seriam justas porque beneficiariam também os mais pobres pelo fato de que eles recebem mais recursos no caso da manutenção de uma estrutura social desigualitária do que naquele em que predominaum "igualitarismo nivelador", destruidor dos estímulos para produzir.

A nova solidariedade pregada não somente teve muita dificuldade para aparecer, no plano doutrinário; como uma inovação inassimilável à antiga ,benevolência liberal ratificando uma estrutura social dualizada, mas foi também imediatamente confrontada com uma realidade onde manifestamente as desigualdades foram acentuadas sem no entanto permitir retomar um crescimento sustentado que permitisse uma redistribuição em benefício dos mais desfavorecidos, cuja sorte, ao contrário, continuava a se deteriorar e cujo contingente aumentava.

### **O FMI e a RMI, os dois pólos do novo espaço político**

A confrontação da prática de distribuição da RMI (renda mínima de inserção) instituída em 1988-89 com os objetivos que lhe foram oficialmente assignados mostra perfeitamente a impossibilidade para a esquerda tradicional de embasar seu discurso com uma nova filosofia social compatível com sua gestão neoliberal. Destinada teoricamente a se autodestruir graças à reinserção no mercado de trabalho de seus beneficiários cuja redistribuição ela condiciona idealmente, a RMI é na verdade uma forma modernizada da antiga assistência aos "pobres". Essa categoria social que a seguridade social tinha recusado é assim, por seu intermédio, novamente restaurada em seu status oficial, com todos os riscos de estigmatização que isso comporta. Dito de outro modo, a RMI, símbolo da aceitação pelas elites de um desemprego estrutural permanente (Adamard, 1989), faz as pazes com a velha benevolência liberal e está fadada à mesma contradição que ela apresentava entre os princípios e a realidade. Certamente, ela depende de uma benevolência pública, mas não é por isso um direito sobre o Estado ao mesmo título que aqueles, que compõem a cidadania social e são sustentados pelas instituições da seguridade social: o que é reconhecido pela RMI, de fato, é um direito abstrato e no mais das vezes fictício à inserção, não um direito concreto a uma renda.

Testemunham essa ausência de objetivação da RMI em um direito social o debate sobre as modalidades de sua gestão e o fato de que os riscos evidentes de clientelismo que sua distribuição para as coletividades locais descentralizadas comportava levaram o que restava das elites político-administrativas preocupadas com a regulação social a militar por sua desconcentração (no nível do departamento e do prefeito, agente do Estado) e não por sua descentralização (no nível da comuna e do *maire*). Enfim, as fronteiras entre benevolência privada e benevolência pública são muito vagas já que são associações privadas dotadas pelo Estado do rótulo "de utilidade pública" que se encarregam do problema da pobreza. E se a RMI pode ser com razão vista como um "modo de regulação do vínculo social" (Paugam,1993), trata-se não obstante de um modo residual e perfeitamente liberal dessa regulação que, na medida em que coloca o vínculo social fora do econômico, não é capaz de embasa-lo em profundidade e em sua integralidade.

Além do mais, o liberalismo não apenas prega a separação entre o econômico e o político no seio do social, ele promove também a autonomia do financeiro em relação ao produtivo no interior mesmo do econômico. É por isso que a articulação que ele propõe entre desigualdades e progresso social (cf. acima) não é de modo algum garantida. Muito ao contrário, esse círculo virtuoso parece bem frágil quando se considera a lógica própria do financeiro que é "desencadeada" no modo de gestão liberal, bem como os efeitos cumulativos dessa gestão em matéria de desigualdades de patrimônios entre indivíduos.

De fato, se o neoliberalismo é realmente uma retórica gestonária do Estado usada pela alta administração e visando o reforço de sua autonomia política em relação aos constrangimentos econômicos em nível nacional (22), essa

estratégia de desengajamento do político em relação ao produtivo e ao social vai de par com o regresso impetuoso de um capitalismo financeiro "rentista". Porque a mudança de orientação da alta administração só é viável caso se apóie numa mudança geral de suas alianças com o capitalismo. Assim, doravante, o poder público joga Hayek contra Keynes, o credor contra o devedor, o capitalismo financeiro mais que o capitalismo produtivo, a economia política dos rentistas em vez da economia monetária de crédito, a poupança como limite do investimento contra o investimento como determinante da poupança, a austeridade e o desemprego mais que o crescimento e a redução das desigualdades (Parguez, 1988 e 1989; Seccareccia e Lavoie, 1989). Daí as formas e a eficácia atuais das políticas orçamentárias e monetárias: deflação recessiva, política monetária restritiva, acumulação financeira e constrangimento da poupança sobre o financiamento do investimento produtivo, tratamento social residual do desemprego em massa etc. Mas também novas modalidades de circulação das elites administrativas: desenvolvimento do "*pantouflage*" (abandono do serviço público e ingresso na empresa privada) no setor financeiro (Mamou, 1988), crise de aproveitamento das elites industriais públicas (Cohen, 1988) – com o que isso implica de declínio da idéia de serviço público (Kesler, 1985) e de "financeirização" da vida política (Meny, 1992).

Não é portanto de surpreender que o que impressiona, quando se interrogam diversos autores que desempenharam um papel importante na França na implementação das políticas públicas no decorrer da década de 80, seja a incomunicabilidade entre os discursos daqueles que estiveram encarregados dos problemas macroeconômicos e financeiros e os daqueles que tiveram de tratar dos assuntos sociais. Uns falam das auditorias confidenciais anuais dos representantes do FMI no Ministério das Finanças, dos constrangimentos da globalização, do lugar da França no mundo e na Europa, da cultura particular do Tesouro e da incapacidade dos outros de promover políticas sociais novas levando em conta esses constrangimentos; os outros falam da implementação da RMI e dos relatórios de avaliação de seu impacto, dos riscos de ruptura da coesão social, da importância crescente da pobreza e do desemprego de longa duração, das dificuldades de tratá-los no quadro das instituições existentes, da pouca preocupação que têm os "financeiros" com a questão social e do desprezo que estes, pelo mesmo motivo, lhes devotam. Uns raciocinam em termos de eficiência econômica, de moeda forte e de competitividade, de excelência individual e de trunfos mundiais; os outros põem o acento nos riscos de dualização da sociedade, na importância da solidariedade e da inserção do indivíduo na comunidade, na necessária revitalização do tecido local. Os primeiros podem ser de esquerda ou de direita, os últimos também. E se a cor política importa pouco nesse domínio, em compensação, os primeiros dominam claramente os últimos.

Um dos principais resultados de dez anos de política neoliberal é assim o aparecimento de uma fissura profunda no interior do aparelho político-administrativo entre os dois territórios políticos das finanças internacionais e do social local, fissura na qual o Estado-nação corre o risco de soçobrar se não conseguir a se manter enquanto ponte lançada entre esses dois espaços políticos. É claro que a resistência dos "especialistas do social" se organizou, como se viu com a lei sobre a RMI e como se vê novamente com o retorno do Estado ao nível das políticas locais e municipais, mas a nova clivagem entre o financeiro e o social reorientou implicitamente o engajamento político das elites segundo uma série de opções alternativas que não correspondem mais à diferenciação esquerda/direita.

O neoliberalismo finalmente aparece, portanto, como um sistema de normas de comportamento político que, ao mesmo tempo em que torna difícil a diferenciação dos partidos tradicionais, corta a comunicação entre as diversas elites político-administrativas fracionadas em razão da diversidade das políticas públicas das quais elas se encarregam (Jobert, 1994). Facilitando o "esplêndido isolamento" da fração financeira dessas elites e reduzindo o campo de ação daquelas encarregadas das políticas setoriais, sociais e industriais, o neoliberalismo desterritorializa os espaços onde se tece a coesão social sem no entanto propor, em razão do individualismo radical que promove, princípios capazes de criar novas formas dessa coesão.

### **Esplendor e miséria da "retórica econômica reacionária": do popperismo absoluto à pauperização relativa da ciência econômica**

Às dificuldades de ordem social quanto às formas da equidade implicadas pelo programa neoliberal e àquelas de ordem política relativas à sua incapacidade de servir de matriz para um novo modo de regulação social, é preciso ainda acrescentar, para terminar, aquelas que derivam do econômico e têm a ver com a sua eficiência. Antecipando a contestação que se desenvolve atualmente em diversos meios de comunicação no nível da economia de grande público, desde a segunda metade dos anos 80 o neoliberalismo começa a ser seriamente contestado, e a intervenção do Estado reabilitada, no próprio coração do campo dos economistas. Aqui também, de fato, contrariamente ao keynesianismo, ficou provado que o neoliberalismo não obteve um consenso profissional estável. O campo da ciência econômica conhece

depois de seu esmagador sucesso político uma crise muito radical no plano epistemológico e metodológico. No próprio interior das correntes que dominam o campo, a idéia de ciência econômica totalizante é contestada e a noção de economia política reabilitada. Daí o paradoxo atual de um sucesso político do discurso econômico e do reconhecimento de seu fracasso no plano científico, paradoxo devastador a prazo, tanto na arena política, onde ele reduz a legitimidade econômica das ações empreendidas, como na própria disciplina econômica, que deve se dotar de novos fundamentos a fim de justificar sua especificidade no interior das ciências sociais.

Dois elementos merecem então ser sublinhados. De um lado, observa-se uma multiplicação de programas de pesquisa e de reagrupamentos profissionais correspondentes, que desorganizam a velha hegemonia neoclássica; de outro lado, o desenvolvimento de uma retórica da retórica vista como um elemento totalmente integrado ao instrumental do economista, desenvolvimento ligado à reabilitação do construtivismo e inspirado pela sociologia das ciências, que vem abalar as velhas normas metodológicas absolutistas do (pseudo-)popperismo que reinava até então no campo (coerentemente com o positivismo lógico que funda o cientificismo neoclássico).

No que concerne ao primeiro ponto, é suficiente assinalar as duas principais tendências da pesquisa que, desde meados dos anos 80, se desenvolvem e põem em dúvida as políticas neoliberais de todo o mercado. De um lado, emerge com vigor um neo-institucionalismo compreendendo uma variante neoclássica que tenta salvar a abordagem macroeconômica tradicional com seu formalismo generalizando o conceito de mercado, e uma variante "evolucionista" ou "evolucionária" reagrupando diversas escolas – neoschumpeteriana, institucionalista, pós-keynesiana, regulacionista pós-marxista – e que limita, ao contrário, o alcance do conceito de mercado e se dedica a estudar as condições da gênese das instituições capazes de estruturar um novo modo de regulação social. De outro lado, um novo acento é posto sobre as condições exteriores gerais e estruturais do crescimento – infra-estruturas de comunicação e de formação-qualificação da mão-de-obra – pelas quais é atribuído ao Estado um papel considerável – teoria do crescimento endógeno, teorias da mudança estrutural e dos regimes de acumulação.

No que concerne ao segundo elemento de mudança no campo dos profissionais do discurso da economia política, o importante é notar o sucesso crescente da crítica construtivista e antipositivista que leva a uma pauperização relativa da idéia de ciência econômica correlativa da reabilitação da idéia de uma legitimidade antes de tudo política do discurso econômico. Essa nova tendência, nascida no próprio interior do "*mainstream*" e ilustrada essencialmente pelos trabalhos de D. McCloskey (1983, 1990) e A. Mamer (23), consiste em registrar a maneira como trabalham realmente os economistas e em considerar que é a partir dessas práticas efetivas - misturando fatos observáveis, lógica, metáforas (modelos e analogias) e histórias (contos) - que é preciso determinar a metodologia econômica, e não a partir do abandono tradicional de critérios popperianos de cientificidade tirados das ciências exatas e por outras razões suspeitos de serem mal interpretados (24).

Essa abordagem, que paradoxalmente vai unir-se a um movimento idêntico que se desenvolveu por parte das ciências a partir de trabalhos de sociologia das ciências (Latour, 1990), constitui uma contestação radical do modelo de desenvolvimento internacional do campo dos economistas que prevaleceu até agora depois da "revolução walrasiana". Conseqüência lógica da adoção da metodologia popperiana que tornou transparente a característica pouco "científica" do que se passava nas cozinhas-laboratórios onde se elabora a simbólica econômica, essa "revolução teórica" pode igualmente, para dizer a verdade, ser interpretada como uma tentativa de salvar o programa de pesquisa neoclássico e os métodos de trabalho associados reduzindo as normas científicas exigíveis em geral ao nível do que esse programa de pesquisa em particular pode respeitar (cf. Champsaur, 1992). Todavia seu alcance é muito maior, porque ela contribui para aproximar a economia política das outras ciências e notadamente das outras ciências sociais, com, como conseqüência, do ponto de vista que nos interessa, a redução de seu poder legitimador imediato da ação política.

## Conclusão

O jogo parlamentar nas democracias pluralistas elitistas pretende que os partidos se enfrentem segundo uma lógica do mais e do menos em relação a uma referência obrigatória que funda o jogo comum. Mais ou menos déficit orçamentário, intervenção do Estado, desigualdades aceitáveis etc., tal é a regra do mercado político onde essas escolhas devem acarretar a obtenção de mais ou menos votos nas eleições. Ora, o neoliberalismo não se presta a um tal jogo mas somente a seu simulacro, na medida em que os princípios que ele promove não permitem estabilizar o próprio jogo. Dito de outra forma, o neoliberalismo não é o keynesianismo. Ele está prenhe de uma contradição intrínseca: com ele, na verdade, não é de mais ou menos Estado que se trata, más de uma reestruturação em profundidade das formas do poder público, da qual no entanto ele não fornece simultaneamente as chaves. Em resumo, ele põe de maneira aguda um

problema que não tem os meios para resolver. Pura ideologia negativa em sua forma doutrinária e simples prática de desestruturação em sua forma gestonária, ele não permite conceber, e ainda menos instituir, um espaço cognitivo comum e instituições coerentes graças às quais a ação política poderia ser reduzida a uma medida quantitativa comum que permitisse a busca de um jogo político pluralista. Ao contrário, instituindo novos lugares de conflitos no próprio seio da ordem político-administrativa, ele não propõe para ela um modo interno de regulação, remetendo-o ao jogo instável das relações de força. É por isso que ele, apesar de ilustrar bem na Europa o declínio das velhas formas de engajamento político e participar da gênese de novas fraturas sociais, nem por isso ele é um sistema de regras capazes de estabilizar os resultados das mutações em curso.

**Tradução: Otacilio Nunes**

## NOTAS

(\*) Palestra proferida por ocasião do 17.º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993.

Este texto deve muito à minha colaboração com Bruno Jobert, no quadro de uma pesquisa comparativa sobre a relação entre idéias e ações na formação das políticas públicas na Europa nos anos 1980 (cf. JOBERT (ed.), 1993). Nessa ocasião, fui igualmente beneficiado pelas discussões e seminários com os outros participantes dessa pesquisa, Edith Brénac e Monika Steffen (CERAT, Universidade de Ciências Sociais de Grenoble), Marco Giuliani e Gloria Regonini (Universidade de Milão), Jack Hayward (Universidade de Oxford) e Rudolph Klein (Universidade de Bath), Gerhard Lehbruch (Universidade de Konstanz) e Giandomenico Majone (European University Institute, Florença).

1. Raymond Barre é, desse ponto de vista, um caso interessante porque, fingindo desprezar a política, buscou sempre manter sua aura de universitário e especialista econômico (autoproclamado-se por exemplo "o melhor economista da França" e invocando sem cessar suas cartas de nobreza: "o mais jovem *agregé* da França" em sua época). Mas na verdade ele converteu muito cedo seu capital universitário, sua carreira tendo sido primeiro administrativa e depois política.

2. Esse processo não é válido apenas para a ideologia econômica mas também para os diversos meios simbólicos generalizados de comunicação que são a moeda - isso é visto com o surgimento de Bancos Centrais mais ou menos independentes do Tesouro e dos bancos comerciais - e o direito - daí o surgimento de uma justiça mais ou menos independente da administração e dos indivíduos e agrupamentos civis "privados" (THÉRET, 1992).

3. O conflito dominante em escala mundial, entre monetaristas e keynesianos, assumindo, no caso, a forma da oposição entre monetaristas e estruturalistas.

4. Esta comunicação retoma sob uma forma adaptada e aumentada minha contribuição a essa obra.

5. Sobre a amplitude e a natureza das dissensões, cf. notadamente KEARLE *et alii* (1979), FREY *et alii* (1983 e 1984).

6. Na realidade, dois anos depois S. Fisher mostra com a mesma teoria a validade das prescrições keynesianas.

7. Segundo MALGRANGE (1992), esses autores argumentam de fato que uma política discricionária só pode ser ótima se o poder público respeitar seus compromissos passados e modificar sistematicamente em cada período seus compromissos, o que evidentemente só pode levar à perda de sua legitimidade e à destruição de seu crédito.

8. Por concisão, considera-se de fato aqui sob o rótulo de neoliberais o conjunto dos "economistas da oferta", dos "monetaristas" e outros "reaganautas", a despeito das diferenças que os separam mas que não os impedem de pertencer "à mesma escola de pensamento". Para mais detalhes, cf. FONTAINE (1982).

9. Grosso modo, a "contra-revolução" se desenvolve a partir do momento em que cai o sistema monetário internacional chamado "Bretton-Woods", tornando-se as taxas de câmbio flexíveis e o dólar inconvertível em ouro.

10. A partir do momento que o modelo neoclássico de equilíbrio geral walrasiano é definitivamente ajustado matematicamente e revela ser apenas um caso particular submetido a hipóteses extremamente estritas, que além do mais são irrealistas, reina de fato uma grande decepção em relação "às esperanças dos anos 60" no ramo americano da profissão - o qual representa o essencial dos efetivos mundiais de economistas ortodoxos e perto de três quartos dos mais reputados. Fica claro que a articulação formal da teoria do equilíbrio geral não pode assegurar um "estatuto científico incontestado" à "ciência econômica", e aparece então uma dúvida importante "quanto ao caráter verdadeiramente científico da economia atual" (LAFAY, 1988, p. 136).

11. A combinação de uma legitimidade da ciência com uma legitimidade do Estado é na França um traço estrutural da constituição do espaço cognitivo público "de negociação e de cálculo (...) no interior do qual (tem) lugar um grande número de debates e de estudos técnicos precedendo ou acompanhando as decisões de política econômica" (DESROSIERES, 1992, p. 13).

12. Cf. o prefácio de Malinvaud ao livro de G. MAAREK, *Introduction au Capital de Marx: Un Essai de Formalisation* (Paris: Calmann-Lévy, 1975).

13. Assim E. Malinvaud opta, mas muito tarde, pela ciência pura, concluindo sua carreira no Collège de France, depois de haver transmitido a missão, em 1981 na DP e em 1988 na INSEE, a seu delfim J.-C. Milleron, o qual vai por sua vez repassá-la a P. Champsaur, um neoclássico de pura obediência mas que se alia oportunamente à retórica econômica (cf. abaixo, tornando-se este último diretor geral da INSEE em 1992. Quanto a J.-J. Laffont, a nova locomotiva universitária em questão, sua alta especialização em microeconomia pura, sua ignorância de economia aplicada e seu desdém pela economia de grande público - ainda que ele faça às vezes seus comentários sobre certas obras no *Le Monde* - assinalam bem a autonomização obtida pelo campo dos economistas compaativamente ao campo político-administrativo

14. "Instrumentos de conhecimento e de comunicação, os `sistemas simbólicos' não podem exercer um poder estruturante senão porque são estruturados" (BOURDIEU, 1977, p. 407).

15. Nos EUA, por exemplo, o isolamento do campo dos economistas e do campo da política se reflete no "grande fosso" e na "divergência que aumenta" entre a economia acadêmica e a economia política aplicada que prevalece nas administrações que "aconselham" as políticas: "a maior parte dos artigos de revistas e muitas outras produções da pesquisa na profissão são muito refinados e complexos para serem absorvidos quando se trata de definir uma política" (NELSON, 1987, p. 85). Assim, a despeito de uma circulação não desprezível de homens entre as duas esferas e "ainda que os economistas governamentais representem perto de 15% dos efetivos totais de economistas e o equivalente a dois terços dos efetivos de docentes-pesquisadores, eles só contribuem com 3% ou 4% dos artigos nas revistas de economia" (STEIN, 1986, p. 6)

16. Uma tal opinião é defendida sucessivamente por STIGLER, 1976; ALLEN, 1977; COATS (ed), 1981; SCHULTZE, 1982; CAIRNCROSS, 1985; NELSON, 1987; RIVLIN, 1987; AARON, 1989; LAFAY, 191, CHAMPSAUR, 1992.

17. Assim, o atual diretor geral do INSEE adere a uma concepção ampla dos métodos do economista que vai além dos "métodos duros" "quantitativos relativamente sofisticados tais como a econometria, a modelização macroeconômica, o cálculo econômico" e inclui "o fundo comum dos raciocínios econômicos" constituído "principalmente de aproximações, de modos de colocar os problemas, do inventário dos elementos considerados como pertinentes pelos economistas para apoiar uma conclusão ou uma recomendação" (CHAMPSAUR, 1992, pp. 70702) e que foi qualificada explicitamente de "retórica econômica" por McCLOSKEY (1983 e 1990). Champsaur nota igualmente que não parece existir "correlação estreita entre uso de `métodos duros' e influência da `retórica econômica'".

18. Foi o que ocorreu, segundo diversos. autores da época - H. Guillaume, J. Peyrelevade -, quando da mobilização, em 1983, para justificar a manutenção da França -no sistema monetário europeu e a virada ao "rigor" da esquerda que a ela se seguiu. Segundo especialmente. Peyrelevade, o saber partilhado incorporado nos instrumentos. de previsão não permitiu divisões, mas. isso não impediu os partidários da manutenção no SME de mobilizar um raciocínio de tipo econômico para vencer a discussão (intervenção no XL congresso da Association Française de Science Economique, "Les métiers de l'économiste au service de la décision", Paris, setembro 1991).

19. Cf. JOHNSON (1971) para uma exposição das condições que garantem a vitória de um "paradigma" ou de um "programa de pesquisa" econômica sobre outro.

20. Embora a incoerência do discurso gestor "não impeça cada clientela de reconhecer os produtos que lhe convêm", não resulta daí que ela não possa acabar desgastando "a imagem de uma garantia científica associada, nas classificações sociais, à idéia d'A verdade" (CARO, 1983, p. 223) e portanto comprometer a legitimidade do próprio modo de gestão. Também é preciso, todavia, que haja um discurso gestor concorrente, o que não foi ainda realmente o caso do neoliberalismo, pois os novos desenvolvimentos da economia pura ainda não desembocaram em termos de economia aplicada e grande público, para retomar os termos de J.-Y. CARO (ibid.) (cf. abaixo).

21. O que corresponde, por um lado, à passagem de uma "economia pura" a uma "economia de grande público", que está em "correspondência de inspiração" com ela mas cujas representações simplistas e contraditórias não são legítimas "para o consumidor" senão porque elas são garantidas "pelos títulos científicos dos que as assumem como suas". Todavia, se no interior do campo dos economistas "é pelos homens, tanto, senão mais que pelos conteúdos, que a economia pura e a economia de grande público se comunicam entre si" (CARO, 1983, p. 223), a passagem de uma doutrina econômica ao modo de gestão que nela se inspira não se reduz a um tal modo de correspondência. De fato, de um lado, os homens não circulam tão facilmente entre os campos como entre os espaços de um mesmo campo, porque no primeiro caso eles têm de converter e não simplesmente valorizar seu capital intelectual, e de outro lado, uma característica essencial das idéias é que elas podem circular e se transformar para além e à parte dos homens individuais que as emitem, na medida em que elas podem encontrar fontes de legitimidade que não sua coerência lógica no plano intelectual.

22. Nesse sentido, H. LEPAGE (1978, p. 430), a primeiríssima voz do neoliberalismo na França, tinha razão de observar que "se conseguíssemos convencer progressivamente nossos concidadãos de que as melhores estruturas sociais são aquelas que estão fundadas no máximo de estruturas de trocas, o Estado que terá por função principal garantir a defesa e o funcionamento desses mecanismos de troca será mais forte, mesmo se seu domínio de intervenção é muito mais reduzido que hoje. Não é preciso confundir a força do Estado com sua dimensão...". A conversão neoliberal das elites político-administrativas (KESLER, 1985) contrasta assim com o fato de que, de seu lado, "os padrões do privado se mostram totalmente hostis à moda do Estado mínimo (...): de maneira paradoxal, os padrões mais modernizadores do setor privado desejam um crescimento da ação racionalizadora do Estado mais de acordo com sua função histórica" (BIRNBAUM, 1985, pp. 310-11).

23. Vale a pena consultar BACKHOUSE (1992) para uma análise desses trabalhos e de seus fundamentos filosóficos.

24. Essa abordagem clássica é defendida principalmente por BLAUG (1982).

## BIBLIOGRAFIA

- AARON, Henry J. (1989), "Politics and the Professors Revisited". *American Economic Review* 79, n.° 2:1-15.
- ADAMARD, R. (1989) "Revenu Minimum ou Chômage Maximum?". In: *L'Extrême Pauvreté et le Rmi*. Paris: Esprit, hors série:58-66.
- AFTALION, Florin & Pascal SALIN (1984), "Introduction de la Deuxième Partie". In: *La Liberté à Refaire*, pp. 251-55. Paris: Hachette.
- ALLEN, William R. (1977), "Economics, Economists, and the Economic Policy: Modern American Experiences". *History of Political Economy*, Vol. 9, n.° 1:47-88.
- BACKHOUSE, Roger E. (1992), "The Constructivist Critique of Economic Methodology". *Methodus* 4, n.° 1:65-82.
- BARBER, William J. (1981), "The United States: Economists in a Pluralistic Policy". *History of Political Economy*, Vol. 13, n.° 3:513-47.
- BIRNBAUM, Pierre (dir.) (1985), *Les Elites Socialistes au Pouvoir*. Paris: P.U.F.
- BLAUG, Mark. (1982), *La Méthodologie Economique*. Paris: Economica.
- BOURDIEU, Pierre. (1977), "Sur le Pouvoir Symbolique". *Annales. Economies Sociétés Civilisations*, n.° 3:405-11.
- CAIRNCROSS, Alec. (1985), "Economics in Theory and Practice". *American Economic Review* 75, n.° 2:114.
- CARO, Jean-Yves. (1983), *Les Economistes Distingues. Logique Sociale d'un Champ Scientifique*. Paris: Presses de la FNSP.
- CARTELIER, Lysiane. (1992), "L'Experience Française de Privatisation: Bilan et Enseignements". *Revue Internationale de Droit Economique*, n.° 3:375-402.
- CHAMPSAUR, Paul. (1992), "Progression ou Regression de l'Utilisation des Méthodes Economiques dans la Prise de Decision Publique". *Revue Economique* 43, n.° 4:699-708.
- CHARLE, Christophe. (1994), "Les Elites Etatiques en France, XIXe-XXe Siècles". In: THERET, Bruno (ed.), *L'Etat, le Souverain, la Finance et le Social*. Paris, no prelo.
- COATS, A. W. (ed.). (1981), Economists in Government. *History of Political Economy*, 13(3), n.° especial.
- COHEN, Elie. (1988), "Formation, Modèles d'Action et Performance de l'Elite Industrielle: L'Exemple des Dirigeants Issus du Corps des Mines". *Sociologie du Travail*, XXX, n.° 4:587-611.
- DESROSIERES, Alain. (1992), "Discuter l'Indiscutable: Raison Statistique et Space Public". *Raisons Pratiques L'espace publique*.
- FELDSTEIN, Martin. (1981), "The Retreat of Keynesianism". *The Public Interest*.
- FONTAINE, Jean-Marc. (1982), "L'Etat-moins: Limites de l'Etat chez les N60-Liberaux et les Economistes de l'Offre". *Critiques de l'Economie Politique*, nova série, n.° 21:77-105.
- FREY, Bruno S. Werner W. POMMERHNE & Friedrich SCHNEIDER. (1983), "Are We All Monetarists Now? An Empirical Enquiry". *Journal of Post Keynesian Economics* VI, n.° 1:89-96.
- FREY, Bruno S. Werner W. POMMERHNE, Friedrich SCHNEIDER & Guy GILBERT. (1984), "Consensus and Dissension among Economists: An Empirical Enquiry". *American Economic Review* 74, n.° 5:986-94.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1991), *Deux Siècles de Rhétorique Réactionnaire*. Paris: Fayard.
- HADDAD, Paulo R. (1981), "Brazil: Economists in a Bureaucratic-Authoritarian System". *History of Political Economy*, Vol. 13, n.° 3:656-80.
- JESSOP, Bob. (1990), *State Theory. Putting Capitalist States in their Place*. Cambridge: Polity Press.
- JOBERT, Bruno (ed.). (1993), *Néo-Libéralisme et Politiques Publiques en Europe*. Paris: L' Harmattan, no prelo.
- JOBERT, Bruno. (1994), "Le Nécessaire Fractionnement de l'Action Politique et ses Limites". In: THERET, Bruno (ed.). *L'Etat, le Souverain, la Finance et le Social*. Paris, no prelo.
- JOBERT, Bruno e Didier RENARD. (1988), "Néo-Libéralisme Doctrinaire et Nio-Libéralisme de Gestion: Les Deux Faces d'un Phénomène Français". Grenoble: ronco CERAT.
- JOBERT, Bruno e Bruno THERET. (1993), "La Consecration Ripublicaine du N60-Libéralisme: L'Ultime Etape d'une Reconquête?". In: JOBERT, Bruno (ed.), 1993.
- JOHNSON, Harry G. (1971), "The Keynesian Revolution and the Monetarist Counter-Revolution". *American Economic Review*: 1-14.
- KEARL, J. R., Clayne L. POPE, Gordon C. WHITING & Larry T. WIMMER. (1979), "A Confusion of Economists?". *American Economic Review* 69, n.° 2:28-37.
- KESNER, J. F. (1985), *L'ENA, la Société, l'Etat*. Paris: Berger-Levrault.
- LAFAY, Jean-Dominique. "Les Economistes en AutoAnalyse". *Analyses de la SEDEIS* 63, n.° mai:13236.
- \_\_\_\_\_. (1991), "L' Influence fies idfies et fies Expertises Economiques sur les Choix Politiques". In: *Les Métiers de l'Economiste au Service de la Décision*. Colloque de l'AFSE, Paris.
- LATOUR, Bruno. (1990), *La Science en Action*. Paris: La Découverte.
- LAUFER, Romain & Catherine PARADEISE. (1982), *Le Prince Bureaucrate. Machiavel au Pays du Marketing*. Paris: Flammarion.
- LEPAGE, Henry. (1978), *Demain le Capitalisme*. Paris: Hachette.
- LOUREIRO, Maria R. (1991). "Economistas e elites dirigentes no Brasil". XV Encontro Anual da Anpocs, Caxambu 15-18 de outubro.
- MAAREK, Gérard. Paris: Calman-Lévy.
- MAJONE, Giandomenico. (1993), "Déréglementation ou Re-Réglementation? La Politique de la Communauté Européenne depuis l'Acte Unique". In: JOBERT, Bruno. *Néo-Libéralisme et Politiques Publiques en Europe*. Paris: L'Harmattan, no prelo.
- MALGRANGE, Pierre. (1992), "Bulletin de Santé fies Modèles Macro-Économétriques". *Revue Economique* 43, n.° 4:565-76.
- MAMOU, Yves. (1988), *Une Machine de Pouvoir: La Direction du Trésor*. Paris: La Découverte.
- McCLOSKEY, Donald N. *If You Are so Smart. The Narrative of Economic Expertise*. Chicago & Londres: University of Chicago Press.
- \_\_\_\_\_. (1983), "The Rhetoric of Economics". *Journal of Economic Literature* XXI, n.° June:481-517.
- MENY, Yves. (1992), *La Corruption de la République*. Paris: Fayard.
- NELSON, Robert H. (1987), "The Economic Profession and the Making of Public Policy". *Journal of Economic Literature* XXV, n.° March:49-91.

- PARGUEZ, Alain. (1988), "Hayek et Keynes Face à l'Austerité". In: DOSTALLER e ETHIER (eds). *Friedrich Hayek, Philosophie, Economie et Politique*, pp. 143-60. Montreal: ACFAS.
- \_\_\_\_\_. (1989), "Cet Age de l'Austerité". *Economie Appliquée*, tomo XLII, n.° 1, pp. 71-89.
- PERRINEAU, Pascal (ed.). (1994), *L'Engagement Politique: Déclin ou Mutation?* Paris: Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, no prelo.
- RIVLIN, Alice M. (1987), "Economics and the Political Process". *American Economic Review* 7, n.° 1:110.
- SCHULTZE, Charles L. (1982), "The Role and Responsibilities of the Economists in Government". *American Economic Review* 72, n.° 2:62-66.
- SECCARECCIA, Mario & Marc LAVOIE. (1989), "Les Idées Révolutionnaires de Keynes en Politique Economique et le Déclin du Capitalisme Rentier". *Economie Appliquée*, tomo XLII, n.° 1, pp. 47-70.
- SINGER, Otto. "Knowledge an Politics in Economyc Policy-Making: Official Economics in the USA, Great Britain and Germany". In: B. G. Peters & A. . Barker (ed.). *Advising European Governments: Inquiries, Expertise and Public Policy*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- STEIN, Herbert. (1986), "The Washington Economics Industry". *American Economic Review* 76, n.° 2:1-9.
- STIGLER, George J. (1976), "Do Economists Matter?". *Southern Economic Journal* 42, n.° 3:347-54.
- TEUBNER, Gunther. (1987), "L'Ordre par le Bruit L6gislatif. La Fermeture Autopoietique comme un Problème de Régulation Juridique". *Archives de Philosophie du Droit*, n.° 32:249-75.
- THERET, Bruno. (1985), "Vices Publics, Bénéfices Privós. Les Propositions Economiques Electorales fies Néo-Libéraux Français". *Critiques é l'économie politique*, nova série, n.° 31:77-134.
- \_\_\_\_\_. (1991a), "Néo-Libéralisme, Inégalités Sociales et Politiques Fiscales de Droite et de Gauche dans la France fies Années 1980. Identités et Différences, Pratiques et Doctrines". *Revue Française de Sciences Politiques* 41, n.° 3:342-81.
- \_\_\_\_\_. (1991 b), "Le Rawlsisme à la Française. Le Marché contre l'Egalité Démocratique?". *FuturAntérieur*, n.° 8:39-75.
- \_\_\_\_\_. (1992), *Régimes Economiques de l'Ordre Politique. Esquisse d'une Théorie Régulationniste fies Limites de l'Etat*. Paris: P.U.F.
- \_\_\_\_\_. (1993), "L'Avenir de l'Etat Providence dans un Contexte d'Integration fies Marchés Nationaux et de Restructuration fies Territoires Politiques". In: Dorval BRUNELLE & Christian DEBLOCK. *Amérique du Nord, Comunnauté Européenne: Int9gration Economique, Intégration Sociale?*. Montreal: Presses Universitaires du Québec.
- THERET, Bruno & Didier URI. (1987), "Pression Fiscale Limite, Prélèvements Obligatoires et Production Marchande: A Propos de Récentes Estimations Econométriques d'une Courbe de Laffer pour la France". *Economie Appliquée*, tomo XL, n.° 1:115-59.
- \_\_\_\_\_. "La Courbe de Laffer Dix Ans Après. Un Essai de Bilan Critique". *Revue Economique*, Vol. 39, n.° 4:753-808.
- WOLFELSPERGER, Alain. (1988), "Les Fondements Id6ologiques fies Politiques Libérales". In: AFSE. *L'Impact du Néo-Libéralisme sur les Institutions et les Politiques Economiques*, pp. 82-93. Paris: Nathan.
- YSMAL, Colette. (1985), "Les Programmes Economiques fies Partis de Droite". *Critiques de l'economie politique*. Les politiques néo-libérales, n.° 31:6376.